



Carga tributária Nacional e o setor de saúde

Atualmente estamos vivendo uma verdadeira revolução tangente de toda qualquer informação relativa a custos de diversos segmentos da economia brasileira. E sem qualquer discriminação e desmistificação às empresas ligadas ao setor de saúde.

Um dos maiores vilões se apresenta como sócio de todas as empresas do país. Ou seja, a UNIÃO através dos Governos: Federais, Estaduais e Municipais, com alíquotas e percentuais de contribuição ao empresariado brasileiro.

O maior problema é que nosso CTN (Código Tributário Nacional) vem evoluindo ano após ano, adequando às necessidades deste sócio das empresas brasileiras (as três esferas governamentais), promovendo mudanças e reformas junto à cobrança de impostos, a fim de compor o rombo exigido pelas instituições públicas do país.

O caso se aplica principalmente a estas organizações (serviços de saúde) que, muitas vezes, não contam com profissionais específicos e diretamente ligados às mudanças na legislação brasileira. O que impossibilita uma ação precisa e direta às reformas aprovadas pela UNIÃO.

Um exemplo pode ser demonstrado pela Carga tributária sobre empresas voltadas à prestação de serviços, que hoje pagam um percentual mínimo de 13,33% (entre: PIS – 0,65% - COFINS – 3,00% - ISS 2,00% - CSLL – 2,88% - IRPJ – 4,80%) sobre suas receitas, considerando que estas sejam optantes por Lucro Presumido. Este sócio (a UNIÃO) conta ainda com um grande aliado: o desconhecimento por parte de dirigentes e diretores deste setor, aos chamados e conhecidos pontos de

Elisão Fiscal. Nossa legislação é conhecida como um berçário ao fechamento de portas que beneficiem todo poder público através de maiores arrecadações, e novos impostos. Em contra partida, junte-se à mesma legislação pequenas brechas responsáveis, pelo benefício de algumas empresas.

Um exemplo pouco praticado por estas empresas (clínicas e serviços ligados à saúde) é a apropriação e uso da Lei Complementar datada em 30/12/91 (Lei complementar 70/91), que em seu art.6º, inciso II, isentou da contribuição do COFINS (imposto responsável diretamente por 3% (três por cento) de todo faturamento bruto destas empresas). Gostaria de abrir aqui um parêntese para análise de dirigentes e ou responsáveis por organizações ligadas a este setor com uma matéria exibida ao jornal Valor Econômico em 16/06/2003 com o título Menos Tributos: “A seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA) obteve uma liminar na segunda instância federal para afastar a cobrança da COFINS dos escritórios de advocacia. Este é mais um capítulo na luta dos advogados contra o tributo. Outros estados também questionam a cobrança de 3% da COFINS sobre o faturamento e as seccionais da OAB do Rio de Janeiro e de Pernambuco já obtiveram decisões favoráveis. O argumento dos advogados é que há impossibilidade legal para que a Lei nº 9430/96 – ordinária – revogar a isenção da COFINS garantida pela Lei Complementar nº 70/91 às Sociedades civis de profissionais liberais” (fonte: Jornal Valor Econômico). Lembramos para tanto, que como no enunciado esta lei (LC 70/91) defende a isenção do imposto para sociedades civis de profissionais liberais, onde perfeitamente se enquadram profissionais médicos.

Outros benefícios fiscais são passíveis através de uma reformulação na opção de base tributária para recolhimento de impostos, quando possível. Em verdade um razoável número de dirigentes preferem atividades simplistas ao recolhimento deste, IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), através do Lucro Presumido, não avaliando benefícios fiscais existentes e ofertados pelo próprio governo federal em prol do alto investimento em máquinas e equipamentos, como que em novas instalações, ou à atualização de todo parque tecnológico, e o acompanhamento e desenvolvimento de novas tecnologias.

Acreditamos que a maior profissionalização de todo setor seria capaz de semear distorções tributárias, provocadas por implantações e reformas injustas, logo desnecessárias. Responsáveis assim por tamanha assolação de toda rede de serviços em saúde deste país.

Sr. Nivaldo Lacerda da Cunha é Administrador da Clínica Dopsom em Belo Horizonte (MG) e presta serviço em propedêutica por imagem